

DÍVIDA EXTERNA

12 DEZ 1991

Camdessus apóia plano brasileiro

Diretor-gerente afirma que recomendará ao FMI aprovação do programa de ajuste

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, comunicou formalmente ao Comitê de Bancos Credores que recomendará à diretoria da instituição a aprovação do programa brasileiro. Numa carta enviada ao comando do comitê, em Nova York, no início da semana, o diretor do Fundo transmitiu aos credores a mesma avaliação positiva e esperançosa que fez publicamente sobre o plano de estabilização da economia brasileira, na semana passada. Ele ressaltou que o Brasil adotou "um bom programa" e que este dará os resultados pretendidos, se for executado com a determinação política que disse ter observado em sua recente viagem a Brasília.

Antes de receber a carta, executivos de bancos tinham manifestado certa surpresa com o entusiasmo de Camdessus. "De concreto, ele só tem um pequeno declínio da inflação num mês para justificar sua aposta no programa brasileiro", disse um banqueiro.

A aprovação do acordo pelo FMI, prevista em princípio para janeiro, tenderá a reforçar politicamente a posição do País na mesa de negociações com os bancos, pois estabelece alguns limites claros para as concessões do governo. Por exemplo, o programa limita a US\$ 8 bilhões os pagamentos de juros e principal em 1992, excluindo os US\$ 6 bilhões de bônus que o País terá de emitir para cobrir os juros não pagos aos bancos no ano passado.

Na semana passada, os bancos receberam a comunicação oficial de Washington instruindo-os a aumentar a provisão de reservas de 40% a 50% de seus empréstimos de médio e longo prazo do Brasil. O aumento das reservas foi decidido pelos reguladores bancários em Washington no final de outubro. A carta aos bancos informa que, naquele momento, os juros atrasados aos bancos em 1991 já somavam US\$ 3 bilhões. A dívida era de US\$ 6 bilhões com os credores oficiais do Clube de Paris. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, descartou na semana passada, em Washington, a possibilidade de o governo aumentar os pagamentos de juros correntes

Reuter



Camdessus
"Brasil adotou um bom programa econômico"

antes do fim das negociações com os bancos. Estas prosseguem, em Nova York, mas só devem ganhar velocidade depois da aprovação do programa brasileiro pelo Fundo, em meados de janeiro. Os bancos haviam pedido ao governo que aumentasse os pagamentos de ju-

ros — dos 30%, retomados em janeiro de 1991 —, para 50% a partir de janeiro de 1992.

O plano do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, para estabilizar a economia é a melhor alternativa disponível e começou a dar resultados. Mas dificilmente resistirá às pressões políticas contrárias às reformas constitucionais indispensáveis para o aprofundamento do ajuste fiscal, no primeiro semestre de 1992. Na falta de um acordo entre o presidente da República e os partidos, que dê sustentação política ao programa e reparta o ônus dos sacrifícios que ele impõe, a estratégia de Marcílio não reduzirá a inflação com a velocidade projetada pelo acordo com o Fundo Monetário Internacional e acabará fracassando.

Esta foi, em síntese, a avaliação que mais de uma centena de executivos, economistas e acadêmicos ouviu, terça-feira, em Nova York, de quatro especialistas em assuntos brasileiros: um funcionário da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), um brasileiro, um ex-ministro da Fazenda do Brasil e o vice-presidente de um banco do País.